Marx e a Comuna de Paris

Marcos Del Roio*

Napoleão III enfrentava problemas sérios de legitimidade desde 1867, por conta das aventuras militares no México e na península itálica. Ao plebiscito de maio de 1870 – intento de mostrar força – se seguiu a repressão ao movimento operário e a AIT. Na seqüência, a guerra contra a Prússia, desencadeada em 19 de julho, surgiu como um ato desesperado que se concluiu em completo desastre.

Poucos dias antes de se iniciarem as hostilidades, em 23 de julho, o Conselho Geral da AIT, usando a pena de Marx, emitiu um manifesto sobre a guerra no qual citava passagens de manifestações de associações operárias da França e da Alemanha contra a guerra e com denúncias sobre o caráter dinástico do conflito. O documento coloca de modo nítido o contraste entre o internacionalismo operário e os interesses dos Estados nacionais burgueses. A crítica duríssima ao regime bonapartista se somava agora a crítica a Prússia: "O regime bonapartista, que até então só havia florescido em uma margem do Reno, encontrou agora a sua réplica na outra margem. De um tal estado de coisas que podia resultar senão a guerra?" (MARX: 1961, p.56).

A guerra, que começava com a França como agressora, poderia culminar com uma agressão da Alemanha contra o povo francês. Mas, por outro lado, a solidariedade entre os trabalhadores da França e da Alemanha "Demonstra que, frente à velha sociedade, com suas misérias econômicas e seu delírio político, está surgindo uma sociedade nova, cujo princípio de política internacional será a paz, porque o governante nacional será o mesmo em todos os países: o trabalho. O pioneiro desta sociedade nova é a Associação Internacional dos Trabalhadores" (ibidem, p.58).

Na verdade, o raciocínio de Marx indicava que uma possível vitória da Prússia sobre a França traria implicações de grande monta, alterando as relações internacionais e o próprio eixo do movimento operário. A unificação da Alemanha abriria novas possibilidades ao movimento operário alemão, a possível derrota da França implicaria o fim do bonapartismo e o enfraquecimento das ideologias do movimento operário francês, mas provocaria também a aproximação entre França e Rússia.

Em 2 de setembro, para perplexidade geral, o próprio Napoleão III cai prisioneiro dos prussianos no desenlace da batalha de Sedan e dois dias depois é instaurada a república francesa. O Conselho Geral da AIT se manifesta sobre esse acontecimento e faz uma avaliação crítica da política alemã voltada para anexação de fatias do território francês, que demonstra como isso traria o resultado de fortalecer a Rússia no cenário europeu. Para a Alemanha, numa espetacular antecipação do cenário da Guerra mundial, restaria: "ou converter-se a todo custo num instrumento aberto da expansão russa, ou, após breve trégua, preparar-se para outra guerra 'defensiva', não uma dessas guerras localizadas de novo estilo, mas uma guerra de raças, uma guerra contra as raças latinas e eslavas coligadas" (MARX, 1961a, p.63).

O documento ainda transcreve uma passagem de um manifesto do SAPD, entendendo falar em nome da classe operária alemã, que demonstra a sua contrariedade em relação à política anexacionista do governo prussiano. A França, por seu lado, teria que contar com um governo provisório republicano no qual o componente monarquista orleanista muito pesava, de maneira que para Marx era perceptível como "a classe operária da França tem que fazer face a circunstâncias extremamente difíceis. Qualquer tentativa de derrubar o novo governo, na crise atual, quando o inimigo bate quase às portas de Paris, seria uma loucura desesperada" (Ibidem, p.64).

A república francesa nasce sob a iminência do cerco do exército prussiano. Os planos para se tentar romper o cerco foram infrutíferos por falta de vontade coletiva e de unidade de comando. Em 28 de janeiro de 1871, Paris assina o armistício e aceita se desarmar quase totalmente, deixando apenas a Guarda Nacional ainda organizada. O passo seguinte é a convocação de eleições para a Assembléia Nacional, cuja maioria viria ser composta por monarquistas do campo. Os deputados por Paris abandonam a Assembléia reunida em Versailles, onde encontram as milícias urbanas organizadas como Guarda Nacional, como povo em armas. O fracasso da incursão armada tramada por Thiers, presidente da Assembléia Nacional, decretou o início do episódio da Comuna de Paris. Em 18 de março, o poder em Paris passa às mãos do Comitê Central da Guarda Nacional, mas para o resto da França continuava a prevalecer o poder da Assembléia Nacional ancorada em Versalhes.

A "loucura desesperada" a que Marx se referia tinha início. Foram 72 dias de uma experiência social e política sem par na história do século XIX, quando uma revolução proletária se manifestou. Sua obra foi guiada pelas ideologias do socialismo surgidas nos desdobramentos da longa revolução burguesa, que enfim chegava ao seu final (conforme a apreciação de Gramsci). Os condutores do processo revolucionário eram blanquistas e jacobinos, os internacionais proudhonianos e poucos simpatizantes das formulações de Marx, num universo em efervescência no qual passado e futuro virtual se confundiam. O final da revolução burguesa poderia terminar com a derrota da burguesia ou, mais provavelmente, com a derrota desse ousado antagonista social que propugnava a emancipação do trabalho e a construção de um novo mundo.

A experiência da Comuna conviveu com o espectro da guerra: da guerra de classes e da guerra nacional. Na

segunda quinzena de maio, apenas perpetrado o massacre contra a classe operária e seus aliados por obra do exército que capitulara diante da Prússia e de um governo republicano burguês que assinara um tratado de paz vergonhoso, que tinha como uma de suas condições o fim da Comuna classista, Marx escreveu um longo Manifesto pelo Conselho Geral da AIT. Analisa então com profundidade ao mesmo tempo em que glorifica a página histórica que acabava de ser escrita com suor, lágrimas e sangue pelo proletariado de Paris.

Marx mostra a relação estreita entre a capitulação da França frente o exército prussiano e o temor da burguesia de que a revolução republicana de setembro se transformasse em revolução proletária e como "essa capitulação deu início à guerra civil, que agora tinham que fazer com a ajuda da Prússia, contra a república e contra Paris". O primeiro lance do embate foi a convocação imediata de eleições para a Assembléia Nacional, em situação difícil de comunicações e com o território francês parcialmente ocupado, o que beneficiaria as forças conservadoras: "Eis porque o pacto de capitulação estipulava que deveria ser eleita uma Assembléia Nacional num prazo de oito dias" (ibidem, p.72).

O passo seguinte para que se organizasse a república burguesa, ou mesmo para que se restaurasse a monarquia dos Orleans, era o desarmamento de Paris e a dissolução da Guarda Nacional. Mas esse passo era bastante mais complicado, pois era a Guarda Nacional que garantia a legitimidade da assembléia, cujo fundamento se encontrava na queda do regime bonapartista e na instauração da republica. Quando Thiers, o presidente da Assembléia Nacional exigiu que a Guarda Nacional entregasse a sua artilharia, colocou-lhe o dilema de se desarmar, traindo o compromisso de defesa diante da Prússia e reconhecendo o poder dos adversários monarquistas de Napoleão III, "ou continuar lutando como o campeão abnegado da França, cuja salvação da ruína e cuja regeneração eram impossíveis se não fossem derrubadas revolucionariamente as condições políticas e sociais que haviam engendrado o Segundo Império e que sob sua égide protetora, amadureceriam até a completa putrefação" (ibidem, p.75).

A Guarda Nacional havia já se reorganizado sob forma democrática, com seu comando sendo eleito, ao modo de um comitê central escolhido pelo conjunto de seus efetivos. Foi esse comitê que veio a ser o governo provisório de Paris depois do 18 de março. Agora começava uma experiência efetivamente inédita e que era preciso compreender. Tratava-se de uma revolução proletária, que havia derrubado o poder político existente, "mas a classe operária não pode limitar-se simplesmente a se apossar da máquina do Estado tal como se apresenta e servir-se dela para seus próprios fins" (ibidem, p.80).

Qual o significado e o conteúdo dessa passagem de poder, eis a questão a ser respondida. Marx localiza a origem do poder estatal centralizado na monarquia absoluta, dentro da qual surgiu o exercito permanente, a polícia, a burocracia, o clero e a magistratura, mas foi a revolução francesa do século XVIII que veio a criar o Estado burguês moderno. A partir daí

> "À medida que os progressos da moderna indústria desenvolviam, ampliavam e aprofundavam o antagonismo de classe entre capital e o trabalho, o poder do Estado foi

> adquirindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de força pública organizada para a escravização social, de máquina do despotismo de classe. Depois de cada revolução, que assinala um passo adiante na luta de classes, revela-se com traços cada vez mais nítidos o caráter puramente repressivo do poder do Estado" (ibidem, p.81).

Em 1830, sempre seguindo o raciocínio de Marx, na França, o poder passa das mãos do latifúndio para o da burguesia. A disputa entre suas frações leva a revolução de 1848, quando o aparecimento do proletariado obriga a fórmula da república parlamentar, a qual institucionaliza e modera o conflito entre as frações das classes dominantes. Acontece que se a discórdia entre frações da classe dominante antes impunha limites ao poder do Estado, com a república parlamentar o poder estatal passa a se manifestar como "uma máquina nacional de guerra do capital contra o trabalho" (idem, ibidem).

O fortalecimento do poder estatal, enquanto força repressiva do trabalho, enfraquece a própria assembléia nacional em favor do poder executivo, que ao fim instaurou o chamado Segundo Império.

> "O Império, tendo o golpe de Estado por certidão de nascimento, o sufrágio universal por sanção e a espada por cetro, declarava apoiar-se nos camponeses, ampla massa de produtores não envolvida diretamente na luta entre capital e trabalho. Dizia que salvava a classe operária destruindo o parlamentarismo e, com ele, a descarada submissão do governo às classes possuidoras. Dizia que salvava as classes possuidoras mantendo de pé sua supremacia econômica sobre a classe operária; e finalmente, pretendia unir todas as classes, ao ressuscitar para todos a quimera da glória nacional" (ibidem, p.82).

Na leitura de Marx seria o império bonapartista "a última forma daquele poder estatal que a sociedade burguesa nascente havia começado a criar como meio pra emancipar-se do feudalismo e que a sociedade burguesa adulta acabou transformando em um meio para a escravização do trabalho pelo capital" (idem, ibidem).

À revolução proletária, a experiência da Comuna, era precisamente a antítese do Estado burguês, o seu avesso. Por isso precisava ser analisada com a razão apaixonada, a fim de que se descortinasse nessa experiência as antecipações do futuro. Como a Guarda Nacional havia se formado como milícia popular e havia sido ela a impedir o avanço do exercito prussiano, bem ao contrário do exercito francês, que havia capitulado coberto de vergonha, entende-se porque "o primeiro decreto da Comuna foi no sentido de suprimir o exercito permanente e substituí-lo pelo povo armado" (ibidem, p.83).

A Comuna expropriou a Igreja de seus privilégios, inclusive no processo educativo, e se abriram de forma gratuita todas as escolas ao povo. A representação política e a administração pública não estavam separadas, pois compostos por conselhos eleitos por sufrágio universal com mandatos revogáveis a qualquer momento. O conselho era responsável pelas funções de polícia, de justiça e de administração pública, de modo que, como princípio, "A Comuna devia ser, não um órgão parlamentar, mas uma corporação de trabalho, executiva e legislativa ao mesmo tempo" (idem, ibidem).

O projeto da Comuna, apenas esboçado, indicava o fim do Estado centralizado

burguês e de sua máquina repressiva e a sua substituição pelo regime comunal, o "governo dos produtores pelos produtores", que "devia ser a forma política inclusive das menores aldeias do país e que nos distritos rurais o exército permanente devia ser substituído por uma milícia popular, com um tempo de serviço extraordinariamente curto". Assim, "enquanto que os órgãos puramente repressivos do velho poder estatal deviam ser amputados, suas funções legítimas deviam ser arrancadas a uma autoridade que usurpava uma posição preeminente sobre a própria sociedade, para restituí-la aos servidores responsáveis dessa sociedade" (ibidem, p. 83-84).

Marx recusa as tentativas de explicação do significado da Comuna que voltam as vistas ao passado. A Comuna não poderia ser olhada com um resgate das comunas medievais e nem mesmo uma luta contra o exagero do centralismo. Na verdade "O regime comunal teria devolvido ao organismo social todas as forças que até então vinham sendo absorvidas pelo Estado parasitário", pois "a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho" (ibidem, p.85).

De fato, não poderia ter-se voltado para o passado, pois

> "Sem essa última condição, o regime comunal teria sido uma impossibilidade e uma impostura. A dominação política dos produtores é incompatível com a perpetuação de sua escravidão social. A Comuna devia servir de alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais se apóia a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe. Uma vez emancipado o trabalho, todo homem se converte em trabalhador, e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe" (ibidem, p. 85-86).

Marx insistia ainda que

> A Comuna pretendia abolir essa propriedade de classe que converte o trabalho de muitos na riqueza de uns poucos. A Comuna aspirava à expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma realidade transformando os meios de produção, a terra e o capital, que hoje são fundamentalmente meios de escravização e exploração do trabalho, em simples instrumentos de trabalho livre e associado. Mas isso é o comunismo, o irrealizável comunismo! (ibidem, p.86)

Marx imaginava a produção cooperativa na base dessa nova ordem que substitui o capitalismo, com as sociedades cooperativas fazendo uso de um comum plano nacional. Ou melhor, agora Marx passava do objetivo político da Comuna, que poderia soar de inspiração blanquista / jacobina e se atinha mais a realidade imediata, à consciência contingente da classe operária francesa, que era difusamente proudhoniana na concepção social. Na prática, a Comuna aboliu o trabalho noturno dos padeiros, a redução de salários e a entrega às organizações operárias das fábricas e oficinas, cuja produção houvesse cessado.

A importância das alianças sociais em torno da classe operária para que pudesse vir a ser vitoriosa foram percebidas por Marx. Notou como grande parte da classe média de Paris fora atraída para o movimento comunal por medidas econômicas simples e como a Comuna procurou refletir os interesses do campesinato. Uma das

maiores preocupações da burguesia rural era evitar o contato da Comuna com os camponeses, evitar que se forjasse uma aliança operário-camponesa, daí a pressa na repressão. Marx destaca ainda o caráter internacional da Comuna, que incorporou lutadores de outras nacionalidades.

Enfim, a Comuna foi sufocada no sangue dos que ousaram propor a emancipação do trabalho da exploração capitalista. Buscando legitimar a ação repressiva, Thiers, presidente do governo provisório nacional, convocou eleições municipais que tiveram como resultado uma grande derrota dos monarquistas de todas as tendências, o que debilitou ainda mais a já cambaleante Assembléia Nacional. Diante disso, a Prússia estabeleceu um ultimato para a assinatura do tratado de paz, que liberou as tropas francesas feitas prisioneiras para que partissem para o massacre da comuna revolucionária. Em 21 de maio as tropas assaltam Paris e oito dias de combate cobriram de glória e sangue a resistência popular, de homens, mulheres e crianças.

Cheio de revolta contra os carniceiros, Marx arremete dizendo que "A empresa mais heróica de que é ainda capaz a velha sociedade é a guerra nacional. E fica provado agora que é ela uma pura mistificação dos governos, destinada a retardar a luta de classes, e da qual se prescinde logo que essa luta eclode sob a forma de guerra civil. A dominação de classe já não pode ser disfarçada sob o uniforme nacional; todos os governos nacionais são um só contra o proletariado!". Para em seguida completar: "Ao mesmo tempo em que se comprovam, assim, diante de Paris, o caráter internacional de sua dominação de classe, os governos da Europa investem contra a Associação Internacional dos Trabalhadores – a contra- organização internacional do trabalho face à conspiração cosmopolita do capital – como o a fonte principal de todos esses desastres" (ibidem, p.101).

Não é tão simples discernir nesse texto de Marx o quanto é elaboração teórica, o quanto se presta para a educação das massas e o quanto é disputa pela direção ideológica da AIT. O mais certo é que tudo isso se misture na práxis que Marx desenvolve naquele momento de maneira que se deixa educar pela prática dos lutadores da Comuna, os quais contribuem muitíssimo para a elaboração teórica sobre o Estado e a revolução. Por certo há concessões ao universo proudhoniano e ao universo blanquista, mas essas são feitas pra que se alcance uma nova síntese teórica, muito mais avançada e adequada aos tempos que estão por vir e não para um tempo que morria junto com os heróicos combatentes da Comuna.

A repressão a Comuna de Paris se espraiou por quase todo continente atingindo gravemente a AIT. No entanto, a força moral que Paris deixara logo serve para que a AIT retome o fôlego e volte a crescer e a se difundir por países que até então não havia chegado. A AIT cresce na Bélgica, na Itália, na Espanha, alcança a Hungria e a Rússia, sempre relacionada a questões particulares de cada País.

A Conferência da AIT reunida em Londres em setembro de 1871 procurou melhorar a organização da entidade e adequá-la ao novo momento histórico que mostrava o fim de uma era e o começo de outra, com a destruição do movimento operário na França e a emergência da Alemanha e Itália como dois novos e importantes Estados nacionais. Mudava a geopolítica dos Estados, mas também do movimento

operário. Do ponto de vista da formulação teórica política, Marx insistia na tese exposta desde o Manifesto Comunista da necessidade da aglutinação da classe operária em partido político, que vinculado às lutas econômicas, tenha como objetivo realizar a revolução cujo fim seja a abolição das classes.

Referências

MARX, Karl. "Primeiro manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana". In: ibidem, Tomo 2, 1961.

_____. "Segundo manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana". In: ibidem, Tomo 2, 1961a.

* **MARCOS DEL ROIO** é Doutor em Ciência Política na FFLCH – USP e Professor de Ciências Políticas da UNESP-FFC.